CARTAS

Frutas tropicais

Primeiro, gostaríamos de parabenizá-los pelo conteúdo de *Agroanalysis*, da qual somos assinantes desde sua reativação.

O Ibraf foi criado em 1989 por 17 associações de produtores e comerciantes de frutas, com o objetivo de fornecer informações técnicas e econômicas referentes à fruticultura. Conta hoje com o apoio de mais de 100 sócios, associações cooperativas e empresas privadas, universidades, empresas de pesquisa agronômica, de extensão rural, secretarias de agricultura.

Notamos em "A produção de frutas tropicais da Bahia" (fev. 1996) a inclusão de projeções sobre as exportações brasileiras de frutas, estabelecidas pelo Ibraf em setembro de 1991. Agradecemos a deferência, e gostaríamos de fornecer algumas informações complementares a respeito desse trabalho.

O quadro de onde foram tiradas as informações citadas no artigo consta no anexo de um documento que explica seu significado, que acreditamos não deve ter sido fornecido a seu redator e vem modificar muito o sentido dos números apresentados. Nesse documento, o Ibraf procurava mostrar o tamanho possível dos mercados alcançáveis pelas empresas brasileiras, caso todos os fatores limitantes fossem eliminados. A maioria dos fatores limitantes, identificados num outro trabalho, vem de problemas estruturais, principalmente da pouca disponibilidade de variedades adequadas às demandas externas, e a conclusão era que só dentro de 20 anos teríamos condição de reverter o quadro de ausência do Brasil no mercado internacional de frutas frescas, feitos imediatamente todos os esforços para eliminar os obstáculos identificados.

Hoje, constatamos que não houve consenso sobre os objetivos do programa Frupex original, cuja gestão foi levada à burocracia do Ministério da Agricultura, sem efeito positivo sobre os problemas identificados em 1991.

Esta carta não pretende pedir retificação dos dados apresentados. Ela tem como objetivo principal oferecer nossa colaboração a sua prestigiosa revista, colocando-nos à disposição de seus redatores, certos de conseguir, dessa maneira, ampliar a difusão das informações úteis para todos os agentes atuantes na fruticultura nacional.

Jean Paul Gayet
Diretor-secretário do Ibraf

Ney Bittencourt de Araújo

Sensibilizados, registramos a reconfortante homenagem feita ao presidente fundador da Abag, dr. Ney Bittencourt de Araújo.

Antônio Hermínio Pinazza
Diretor executivo da Abag

As cartas dos leitores devem ser dirigidas a *Agroanalysis* — Praia de Botafogo, 190, sala 813 — Rio de Janeiro — CEP 22253-900 — fax: (021) 536-9207.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian M. Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão e índice FGV/Abag), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Márcio Bueno, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Jurandi Soares Machado.

Coordenação de editoração:
Maria Adelaide Amorim Oliveira

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares, Renê Bertin.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Gelúlio Corrêa de Oliveira.

Editora FGV
Editora Executiva: Alzira Alves de Abreu
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha.
Editoria de arte: Denilza da Silva Oliveira, Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.

Gerente comercial: Carlos Hamilton Rocha.

Assinaturas: José Milton Gondim.

Publicidade.

Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.

Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105

São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.

Editora Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22252-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S.A.), Armando Klabin (Klabin Irmãos & Cia.), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Crédit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Barbosa da Silva, Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade (Brascan Brasil S.A.), Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Baptista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antônio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Sérgio Magalhães**
6 **Cartas**
8 **Especial: Papel e celulose — certificações ambientais**
Márcio Bueno
12 **Especial: Produção dos pequenos e médios agricultores: perspectivas**
Ibre/Sebrae
14 **Especial: A reorganização necessária**
Francisco Garcez Ourique
16 **Análises de Agroanalysis**
16 **Reforma agrária e emprego no setor rural**
Antônio Salazar P. Brandão
18 **Especial: Política agrária — uma década de deterioração**
Mauro de Rezende Lopes
21 **Conjuntura do agribusiness:**
21 **Carne bovina**
Pedro de Camargo
23 **Pecuária de corte**
Luiz Antonio Pinazza e Luiz Carlos de Moura
26 **Aftosa**
Eliana Conde Barroso Leite Viglio
29 **Avicultura**
Irene Raguenet Troccoli
31 **Suinocultura**
Irene Raguenet Troccoli
36 **Legislação agrícola**
39 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1996**
40 **Estatísticas agropecuárias**
46 **Panorama agropecuário**
50 **Oferta e demanda**
51 **IBGE — Síntese estatística**
52 **Janela aberta**

Carta verde

Este ano não vai ser igual àquele que passou...

A colheita da safra de verão de 1996 está em fase adiantada e não promete maiores surpresas. Com isso, já estão estabelecidos os principais condicionantes da comercialização. A última previsão do IBGE, divulgada no dia 29 de março, confirma que a safra será mesmo 12,8% menor do que a colheita recorde de 1995. Queda de produção de grãos maior do que essa só ocorreu em 1989/90 — 18,5% a menos do que a safra anterior — quando o vendaval da hiperinflação varreu a economia brasileira.

Apenas esse fato — a forte retração da produção — indica que a comercialização se dará em condições bem mais favoráveis ao produtor do que no ano passado, quando preços extremamente baixos, associados a diversos outros fatores, desencadearam uma crise ímpar na agricultura brasileira.

Mas não é só a menor produção que indica uma perspectiva comercial amplamente favorável ao produtor e, pela via da conseqüência, à parcela do agribusiness brasileiro fornecedora de insumos à agricultura.

A crise agrícola, que alcançou seu ápice em 1995, tem raízes mais ou menos remotas, já analisadas algumas vezes por *Agroanalysis*. É interessante notar, porém, que a composição de uma série de fatores parece apontar o caminho da superação.

É bem verdade que os estoques governamentais são elevados e espera-se que sejam capazes de amenizar a trajetória de alta dos preços agrícolas. Mas os estoques agrícolas governamentais, no entanto, não são tão altos assim, quando comparados à retração da disponibilidade privada. Além disso, as autoridades têm juízo; sabem que não devem e que não podem usar os estoques para reduzir preços, mas apenas para complementar o suprimento.

Também é verdade que as taxas de juros estão elevadas e que não há sinais de que se reduzam de forma consistente e duradoura no curto prazo. Muitos agricultores acumularam dívidas junto aos bancos ou com fornecedores. Esses fatores, entre outros, atuarão no sentido de aumentar a oferta agrícola logo após a colheita.

De outro lado, porém, os preços externos estão em alta, processo que aparentemente só será descontinuado se forem muito boas as perspectivas de colheita no hemisfério Norte, fato que só será conhecido no final do ano. Os preços médios de março de 1996, comparados com os que vigoraram 12 meses antes, subiram significativamente. Os preços do trigo subiram 49%, os do milho 59% e os da soja 24%, só para citar alguns.

A elevação das cotações externas é tão vigorosa que já viabilizou exportações brasileiras de milho, fato que não ocorria desde 1983. Isso a despeito da carga tributária, do subsídio na Europa e nos EUA, dos custos de transporte etc.

Uma outra história ilustra o argumento. No ano passado, o Brasil colheu 9,4 milhões de toneladas de arroz e importou 900 mil. Em 1996, a produção de arroz não deverá passar de 9 milhões de toneladas. Quer dizer que o Brasil importará ainda mais em 1996? Sim, muito provavelmente, em que pesem os estoque governamentais. Mas não agora, no primeiro semestre. Neste momento, as importações de arroz são inviáveis, pois os preços vigentes em nossos tradicionais fornecedores são maiores do que as cotações domésticas.

Como se não bastasse, um novo fator surgiu em março — a doença da vaca louca —, desestruturando o mercado da pecuária na Inglaterra e na Europa e com reflexos em todo o mundo. Ainda é muito cedo para dizer quais serão as conseqüências da doença. Parece certo, porém, que, mesmo no melhor dos cenários, a avicultura será beneficiada. E isso é bom para quem produz frango, milho, soja, genética, rações etc.

O agricultor brasileiro sofreu muito em 1995. Muitos perderam seus tratores e suas terras. Foram acusados, generalizadamente, de caloteiros. Amargaram prejuízos consideráveis. Sofreu também a indústria supridora da agricultura. Muitas deram férias coletivas, demitiram, acumularam prejuízos. Outras fecharam suas portas. O novo cenário faz prever algum alento para o campo que certamente fertilizará o ano do agribusiness brasileiro.